

DESPACHO SAS JAÇANÃ/TREMEMBÊ – SAS-JT
6024.2022/0004065-7 - TERMO DE DOAÇÃO DE BENS PARA INCORPORAÇÃO AO ACERVO DA PMSP/SMADS – SMSE-MA ALPS JAÇANÃ. TERMO DE DOAÇÃO ANEXO III DA PORTARIA SMADS Nº 42, Alterado pela Portaria SMADS 42 de 25 de julho de 2017. Aos dezessete dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, na Supervisão de Assistência Social Jaçanã/Tremembê – SAS JT, sito à Avenida Guapira, nº 2.145 - Jaçanã, representado pelo Sra. Rosa Maria Tomé Tellis, doravante denominada DONATÁRIA, e a Organização da Sociedade Civil/OSC ALPS – ASSOCIAÇÃO DE LUTAS E PROMOÇÃO SOCIAL JARDIM ROBRU E ADJACÊNCIAS, representada pela Sra. Amanda de Oliveira Nascimento de Paula, situada à Rua Terra Sem Males, nº 10 – Parque Industrial, CEP: 08160-390, CNPJ nº 04.676.010/0001-00, doravante denominada DOADORA, ajustam, com fundamento no artigo 13 do Decreto Municipal nº 53.484/2012, a DOAÇÃO nos termos a seguir expostos: CLAUSULA PRIMEIRA: A DOADORA entrega à DONATÁRIA, sem qualquer ônus ou encargos para esta última os bens doados, discriminados a seguir: 01 (uma) Tela de Projeção 2.10X1.50 c/ tripê 4:3 TTM100VA TT1, código produto 295926, NF 10536250, no valor unitário e total de R\$ 805,30 (oitocentos e cinco reais e trinta centavos), 01 (um) Projetor Epson Powerlite E20 XGAHD-MI Branco NA, código do produto 6930394, NF 306383, no valor unitário e total de R\$ 5.034,05 (cinco mil, trinta e quatro reais e cinco centavos), 01 (uma) SMART TV 50 polegadas LED SAMS UN50AU8000 UHD Preto, código do produto 6849092, NF 000.322.550, no valor unitário e total de R\$ 2.999,00 (dois mil, novecentos e noventa e nove reais) e 01 (um) Tablet Positivo Q10 T2040 2GB RAM/64GB Preto NA, código do produto 7213823, NF 261060, no valor unitário e total de R\$ 809,10 (oitocentos e nove reais e dez centavos). CLAUSULA SEGUNDA – A DONATÁRIA se compromete a incorporar o bem pela DOADORA ao acervo municipal, recebido por meio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. E para constar, eu Ruth Messias dos Santos – RF 649.280.1, digitei o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que segue firmado, pelas partes interessadas, na presença de duas testemunhas, por ocasião do presente ato oficial de recebimento da doação.

6024.2022/0004031-2-SUPERVISÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL CIDADE TIRADENTES/ SAS/CT DESPACHO DE RECADASTRAMENTO NO CENTS. A Supervisão de Assistência Social Cidade Tiradentes -SAS/CT, considerando a Lei Municipal nº 14.469/2007, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 52.830/2011, o disposto na Portaria nº 34/SMG/2017 e no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 58/SMADS/2017 defere o recadastramento da(o): CENTRO COMUNITÁRIO BENEFICIENTE CONJUNTO HABITACIONAL CASTRO ALVES E ADJACENTES - CEBECH , inscrita no CNPJ nº: 04.003.965/0001-99 no sistema do Cadastro Municipal Único de Entidades Parceiras do Terceiro Setor (CENTS), pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir de 18/05/2022.

PARECER TÉCNICO SOCIAL
Identificação da Organização
OSC: Instituto Irmã Dulce
CNPJ: 05.824.978/0001-91
Endereço: Praça Santos Dias da Silva, 28 – Vila Damaceno.
Telefone: (11) 9.7656-4786
E-mail: institutoirmadulce1@gmail.com
Site: www.institutoirmadulce.com.br
Identidade Jurídica Institucional

O Instituto Irmã Dulce foi constituído em 02 de março de 2003 é uma instituição sem fins lucrativos, localizada na Zona Sul de São Paulo, Distrito do Jardim Ângela. A missão do Instituto Irmã Dulce é atuar na redução do índice de vulnerabilidade social, capacitando os atendidos na busca por autonomia, desenvolvimento pessoal, social e profissional.

Sua visão é reduzir os impactos negativos na qualidade de vida dos atendidos e garantir que todos tenham seus direitos resguardados.

Para a execução de todas as propostas e realizar a missão, os valores que sustentam a instituição giram em torno do compromisso, dedicação, respeito, ética, empatia, confiabilidade.

Serviços Prestados
A Organização Social desenvolve os seguintes serviços:
SCFV – Modalidade: CCA - Centro para Crianças e Adolescentes e NCI – Núcleo de Convivência para Idosos, cujo objetivo é oferecer um serviço de Proteção Social Básica voltado para crianças, adolescentes e idosos em situação de vulnerabilidade social, assegurando espaços de convivência e participação cidadã, visando o fortalecimento de vínculos sociofamiliares e o desenvolvimento integral do público atendido.

Serviço de Proteção Social Básica
CCA Projeto Viver e Conviver – Pça Santos Dias da Silva, 28 – Vila Damaceno;
NCI – Projeto Melhor Idade – Pça. Santos Dias da Silva, 28 – Vila Damaceno.
Gestão
A Diretoria foi eleita em Assembleia Geral Ordinária em 30 de setembro de 2020, tendo a seguinte constituição:

Conselho Diretor:
Presidente: Francisca Crisóstomo Cesar
Vice-presidente: Ireni Machado Couto
Tesoureira: Leontina Scatolin da Silva
Membro: Marli Navarro Costa
Conselho Fiscal:
Conselheiro: Arivaldo Santana de Jesus
Conselheiro: Lourdes Aparecida Pereira Lima de Mendonça
Conselheiro: Evangelista Soares da Silva
Relação com a LOAS, PLAS/SP, Rede Socioassistencial, gratuidade e reconhecimento nas instâncias legais

O Instituto Irmã Dulce, atua de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS regida em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS com ações voltadas para a Proteção Social Básica, atendendo crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social.

O Instituto encontra-se regularmente cadastrada no Sistema de Cadastro Municipal Único das Organizações Parceiras do Terceiro Setor, da Prefeitura Municipal de São Paulo, atendendo todos os requisitos da legislação vigente, CNPJ: 05.824.978/0001-91. Apresenta Protocolo e Requerimento de inscrição no COMAS-SP COMAS nº 1768 e CMDCA nº 2382/20, publicado em D.O.C. em 28/01/2021.

Sustentabilidade Financeira

Os recursos utilizados para a manutenção dos serviços são provenientes de parcerias que possibilitam manter um trabalho de qualidade. Tais parcerias provêm de voluntariados, pessoas físicas e jurídicas que doam materiais pedagógicos, materiais de limpeza, alimentos, entre outros, visando sempre contribuir com o desenvolvimento integral e proteção social do público atendido.

Qualidade da Ação
O Instituto Irmã Dulce executa os serviços socioassistenciais em territórios de alto índice de vulnerabilidade social, garantindo atendimento gratuito e contínuo a crianças, adolescentes, idosos e famílias; atuando de forma preventiva a evitar situações de agravos, sendo o público prioritário as famílias beneficiárias do PBF que não estão cumprindo as condiciona-lidades, as famílias do PBF com crianças retiradas do trabalho infantil e as famílias cujos membros são beneficiários do BPC Idoso ou Deficiente.

Parceir Conclusivo
Conforme consta no Plano de Ação, o Instituto Irmã Dulce foi constituído em 02 de março de 2003 e trata-se de uma instituição sem fins lucrativos, localizada na Zona Sul de São Paulo, Distrito do Jardim Ângela e tem como missão atuar na redução do índice de vulnerabilidade social, capacitando os

atendidos na busca por autonomia, desenvolvimento pessoal, social e profissional, além de reduzir os impactos negativos na qualidade de vida dos atendidos e garantir que todos tenham seus direitos resguardados.

Tendo em vista a relevância e a qualidade dos serviços prestados, durante as duas visitas realizadas, consideramos que o Instituto Irmã Dulce é detentor de Mérito Social.

São Paulo, 29 de novembro de 2021.
Rosemeire de Jesus Brito
Analista de Assistência e Desenvolvimento Social- RF: 851009.1
SMADS/SAS M’Boi Mirim/CRAS Jardim Ângela

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO COMAS-SP Nº1829/2022, DE 17 DE MAIO DE 2022.

Dispõe sobre a recomposição das Comissões Temáticas deste Conselho, constituídas por representantes do poder público e da sociedade civil.

O Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo - COMAS-SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº12.524 de 1º de dezembro de 1997, regulamentada pelo Decreto nº38.877 de 21 de dezembro de 1999, em reunião ordinária da plenária realizada no dia 17 de maio de 2022.

CONSIDERANDO a Resolução COMAS-SP nº1665/2020 de 18 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a composição das Comissões Temáticas deste Conselho, constituídas por representantes do poder público e da sociedade civil;

CONSIDERANDO as Resoluções do COMAS-SP nº1674/2021 de 23 de fevereiro de 2021, nº1689/2021 de 13 de abril de 2021, nº 1705/2021 de 25 de maio de 2021, nº1787/2022 de 01 de fevereiro de 2022, e nº1815/2022 de 05 de abril de 2022, de que dispõem sobre a recomposição das Comissões Temáticas deste Conselho, constituídas por representantes do poder público e da sociedade civil;

CONSIDERANDO o disposto no art. 35 e seguintes do Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo - COMAS-SP, disposto pela Resolução nº568/COMAS-SP/2012 de 09 de fevereiro de 2012, que trata das Comissões Temáticas, resolve:

Art. 1º. Recompôr as Comissões Temáticas com os representantes, coordenadores e relatores do poder público e sociedade civil, conforme segue:

I. Comissão de Relações Inter-Institucionais - CRI	
SEGMENTO	NOME
Sociedade Civil	Fábio Henrique Pereira da Fonseca
Sociedade Civil	Marcos Antônio Muniz de Sousa
Sociedade Civil	Maria Silvia Coviello Boscaino
Sociedade Civil	Saimon Leal Pereira
Sociedade Civil	Solange Cristina Castro Sampaio
Sociedade Civil	Vanessa Vidovix Vieira da Silva
Poder Publico	Carlos Eduardo da Silva Souza
Poder Publico	Gustavo Felício Ferreira Pinto
Poder Público	Jose Carlos Damasceno
Poder Publico	Juliana Felicidade Armeide
Poder Publico	Marta Damaceno
Coordenador	Marcos Antônio Muniz de Sousa
Relator	Gustavo Felício Ferreira Pinto

II. Comissão de Políticas Públicas, Legislação, Defesa e Garantia de Direitos - CPP

SEGMENTO	NOME
Sociedade Civil	Antônio Alexandre de Andrade Patto
Sociedade Civil	Daiane Natali Malveira
Sociedade Civil	Dulcinea Pastrello
Sociedade Civil	Elton de Almeida Ribeiro
Sociedade Civil	José Benedito França Pereira
Sociedade Civil	Joselma Aparecida Souza dos Santos
Socieddae Civil	Maria Cecilia H. M. Apostolopoulos
Sociedade Civil	Maria José Mota de Borba
Sociedade Civil	Natanael de Jesus Oliveira
Sociedade Civil	Saimon Leal Pereira
Sociedade Civil	Solange Cristina Castro Sampaio
Poder Publico	Ana Luiza Wosgrau Padilha
Poder Público	Carlos Eduardo da Silva Souza
Poder Público	Marta Damaceno
Poder Público	Mayara Mathias da Silva
Poder Público	Priscila Pereira Alves Scharth Gomes
Poder Público	Sylmara Andreoni Vettorello Ramires
Coordenadora	Sylmara Andreoni Vettorello Ramires
Relatora	Maria José Mota de Borba

III. Comissão de Finanças e Orçamento - CFO

SEGMENTO	NOME
Sociedade Civil	Antônio Alexandre de Andrade Patto
Sociedade Civil	Dulcinea Pastrello
Sociedade Civil	Marcos Antônio Muniz de Sousa
Sociedade Civil	Natanael de Jesus Oliveira
Poder Público	Ana Luiza Wosgrau Padilha
Poder Público	Fátima Nóbrega Lednick
Poder Público	Mayara Mathias da Silva
Coordenadora	Ana Luiza Wosgrau Padilha
Relator	Marcos Antônio Muniz de Sousa

IV. Comissão de Monitoramento e Controle das Deliberações das Conferências - CMCDC

SEGMENTO	NOME
Sociedade Civil	Antônio Alexandre de Andrade Patto
Sociedade Civil	Maria Cecilia H. M. Apostolopoulos
Sociedade Civil	Solange Cristina Castro Sampaio

Poder Público	
Coordenadora	Maria Cecilia H. M. Apostolopoulos
Relator	

V. Comissão de Controle Social do Programa Bolsa Família

SEGMENTO	NOME
Sociedade Civil	Daiane Natali Reis Malveira
Sociedade Civil	Joselma Aparecida Souza dos Santos
Sociedade Civil	Natanael de Jesus Oliveira
Sociedade Civil	Solange Cristina Castro Sampaio
Poder Público	Eduardo dos Anjos Barboza
Poder Público	Taize Grotto de Oliveira

Poder Público	
Coordenador	Natanael de Jesus Oliveira
Relator	Eduardo dos Anjos Barboza

Art. 2º. Esta Resolução, com a deliberação do colegiado, entra em vigor na data de sua publicação em Diário Oficial da Cidade de São Paulo - DOC-SP.

Gustavo Felício Ferreira Pinto Presidente COMAS-SP
RESOLUÇÃO COMAS-SP Nº1830/2022, DE 17 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a recomposição e prorrogação do Grupo de Trabalho - GT para estudo e a revisão do Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo - COMAS-SP.

O Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo - COMAS-SP no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Federal n.º8.742, de 07 de dezembro de 1993, alterada pela Lei Federal n.º12.435, de 06 de julho de 2011; a Lei Municipal n.º12.524, de 1º de dezembro de 1997, regulamentada pelo Decreto n.º38.877, de 21 de dezembro de 1999, alterada pela Lei Municipal nº17.575/2021 de 19 de julho de 2021, regulamentada pelo Decreto nº60.825/2021 de 30 de novembro de 2021; e, os artigos 46 e 51 da Resolução COMAS-SP nº568/2012 (Regimento Interno), em reunião plenária ordinária realizada no dia 17 de Maio de 2022 e;

CONSIDERANDO a Resolução COMAS-SP nº244/2007 de 28 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Regimento interno;

CONSIDERANDO a Resolução COMAS-SP nº568/2012 de 09 de fevereiro de 2012, publicada no Diário Oficial de São Paulo - DOC-SP de 09 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre o Regi-

mento Interno. Altera e Consolida o Regimento Interno previsto na Resolução nº244/2007/COMAS-SP de 28 de novembro de 2007, dispõe sobre a comissão de controle social do programa bolsa família e cria atribuições ao COMAS;

CONSIDERANDO a Resolução COMAS-SP nº1669/2021 de 02 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre a criação e composição do Grupo de Trabalho - GT para estudo e a revisão do Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo - COMAS-SP;

CONSIDERANDO a Resolução COMAS-SP nº1763/2021 de 19 de outubro de 2021, que dispõe sobre a recomposição e prorrogação do Grupo de Trabalho - GT para estudo e a revisão do Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo - COMAS-SP;

CONSIDERANDO a Resolução COMAS-SP nº1788/2022 de 01 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre a recomposição e prorrogação do Grupo de Trabalho - GT para estudo e a revisão do Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo - COMAS-SP;

CONSIDERANDO as normativas vigentes do Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo - COMAS-SP;

RESOLVE:

Art. 1º - Recompôr e prorrogar o Grupo de Trabalho - GT para estudo e revisão do Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo - COMAS-SP, conforme as seguintes disposições:

Art. 2º - O Grupo de Trabalho - GT será recomposto por:

I. Conselheiros do COMAS-SP:

- Sociedade Civil: Antônio Alexandre de Andrade Patto;
- Elton de Almeida Ribeiro;
- Fábio Henrique Pereira da Fonseca;
- José Benedito França Pereira;
- Joselma Aparecida Souza dos Santos;
- Maria Cecilia H. Mattos Apostolopoulos;
- Solange Cristina Castro Sampaio;
- Vanessa Vidovix Vieira da Silva.

- Poder Público: Antonio César Corradi
Carlos Eduardo da Silva Souza
Fátima Nóbrega
Juliana Felicidade Armeide
Marta Damaceno
Mayara Mathias da Silva
Priscila Pereira Alves Scharth Gomes

Art. 3º - O Grupo de Trabalho - GT terá seu prazo de validade inicial prorrogado até 30 de junho de 2022, a contar da data do término da vigência estabelecido na Resolução COMAS-SP nº1788/2022 de 01 de fevereiro de 2022

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Gustavo Felício Ferreira Pinto
Presidente COMAS-SP
RESOLUÇÃO COMAS - SP nº 1832/2022, DE 17 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação de Emenda Parlamentar para o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, pelo Deputado Federal Alexandre Frota

O Plenário do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO - COMAS-SP, no uso das competências que lhe conferem a Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, alterada pela Lei Federal nº12.435 de 06 de julho de 2011; a Lei Municipal nº 12.524, de 1º de dezembro de 1997; o Decreto nº 38.877, de 21 de dezembro de 1999; o artigo 3º, da Resolução COMAS-SP nº 568/2012 de 09 de fevereiro de 2012 (Regimento Interno), em reunião extraordinária no dia 19 de Abril de 2022, resolve:

CONSIDERANDO a Resolução COMAS-SP nº 1625/2020, que dispõe sobre recursos públicos provenientes de Emendas Parlamentares destinados ao desenvolvimento de políticas públicas da assistência social no âmbito do Município de São Paulo.

RESOLVE:

Artigo 1º – Aprovar o Plano de Ação da Emenda Parlamentar de nº 355030820220010, SEI nº 6024.2022/0003831-8 do Deputado Federal Alexandre Frota para o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS abaixo relacionada, conforme anexo I

Artigo 2º- Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Gustavo Felício Ferreira Pinto
Presidente COMAS-SP

ANEXO:
https://cloudprodamazhotmail-my.sharepoint.com/:b/g/personal/mnglucio_prefeitura_sp_gov_br/Ea0eT3mMGUxLiC-Xi035AKRUBTJAE65GJ_sr2BZqYUtvTew?e=VneyW9

RESOLUÇÃO COMAS - SP nº 1833 DE 17 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a aprovação da alteração do Plano de Ação da Emenda Parlamentar para o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, destinada pelo Deputado Federal Baleia Rossi

O Plenário do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO - COMAS-SP, no uso das competências que lhe conferem a Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, alterada pela Lei Federal nº12.435 de 06 de julho de 2011; a Lei Municipal nº 12.524, de 1º de dezembro de 1997; o Decreto nº 38.877, de 21 de dezembro de 1999; o artigo 3º, da Resolução COMAS-SP nº 568/2012 de 09 de fevereiro de 2012 (Regimento Interno), em reunião ordinária no dia 31 de Agosto de 2021, resolve:

CONSIDERANDO a Resolução COMAS-SP nº 1625/2020, que dispõe sobre recursos públicos provenientes de Emendas Parlamentares destinados ao desenvolvimento de políticas públicas da assistência social no âmbito do Município de São Paulo

CONSIDERANDO a Resolução COMAS-SP nº 1758/2021, que dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação da Emenda Parlamentar para o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, destinada pelo Deputado Federal Baleia Rossi

RESOLVE:

Artigo 1º – Aprovar a alteração no Plano de Ação da Emenda Parlamentar do Deputado Federal Baleia Rossi, SEI nº 6024.2021/0007295-6, para o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS abaixo relacionada, conforme anexo I

Organização SAS Valor (R\$)
Instituto Viva Melhor Grajaú 100.000,00

Artigo 2º- Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Gustavo Felício Ferreira Pinto
Presidente COMAS-SP

Anexo
https://cloudprodamazhotmail-my.sharepoint.com/:b/g/personal/mnglucio_prefeitura_sp_gov_br/EPwzqlbqudNKtZ69W4AiCOBIBcWdowPydnXbmAGikLUn?e=Gi7gln

RESOLUÇÃO COMAS - SP Nº 1834, DE 17 DE MAIO DE 2022.

Dispõe sobre a aprovação da alteração do Plano de Ação de Emenda Parlamentar para o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, destinada pelo Deputado Federal Roberto Sebastião Peternelli Junior

O Plenário do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO - COMAS-SP, no uso das competências que lhe conferem a Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, alterada pela Lei Federal nº12.435 de 06 de julho de 2011; a Lei Municipal nº 12.524, de 1º de dezembro de 1997; o Decreto nº 38.877, de 21 de dezembro de 1999; o artigo 3º, da Resolução COMAS-SP nº 568/2012 de 09 de fevereiro de 2012 (Regimento Interno), em reunião ordinária no dia 08 de Dezembro de 2020, resolve:

CONSIDERANDO a Resolução COMAS-SP nº 1625/2020, que dispõe sobre recursos públicos provenientes de Emendas Parlamentares destinados ao desenvolvimento de políticas públicas da assistência social no âmbito do Município de São Paulo.

CONSIDERANDO a Resolução COMAS-SP nº 1728/2021, que Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação de Emenda Parlamentar para o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, destinada pelo Deputado Federal Roberto Sebastião Peternelli Junior.

RESOLVE:

Artigo 1º – Aprovar a alteração do Plano de Ação da Emenda Parlamentar do Deputado Federal Roberto Sebastião Peternelli Junior, SEI nº 6024.2021/0004999-7, para o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS abaixo relacionada, conforme anexo I

Parlamentar Organização Região Valor (R\$)
Roberto Sebastião Peternelli Junior IHF - Instituto Herdeiros do Futuro Sul 100.000,00

Artigo 2º- Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Gustavo Felício Ferreira Pinto
Presidente COMAS-SP

Anexo I -
https://cloudprodamazhotmail-my.sharepoint.com/:b/g/personal/mnglucio_prefeitura_sp_gov_br/EaISp6ePqtUAuU7_Vt aU3ZkBVfW2n97wZ4ywX3NzZ7Jcw?e=Yh9YIR

FAZENDA

SUBSECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL

SUBDIVISÃO DE LANÇAMENTO

DIVISÃO DE LANÇAMENTO, COBRANÇA E PARCELAMENTO – DICOP

Nos termos do artigo 5º do Decreto Municipal nº 56.223 de 1º/07/2015, alterado pelo Decreto 56.881 de 18/03/2016 fica credenciada de ofício no Domicílio Eletrônico do Cidadão Paulistano – DEC, a partir desta data, a advogada abaixo relacionada:

ADVOGADA – OAB Nº - CPF
Elisa Martins Gryga – OAB/SP 239.863 – 297.606.938-79

DIVISÃO DE IMUNIDADE E ISENÇÕES - DIMIS

SUREM/DEJUG/DIMIS

EDITAL S/Nº 2022: NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO COMPLEMENTAR DE "ITBI-IV"

O DIRETOR DA DIVISÃO DE IMUNIDADES E ISENÇÕES, DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E JULGAMENTO, NOS TERMOS DO INCISO IV DO ARTIGO 29 DO DECRETO Nº 50.895, de 01/10/2009, DETERMINA a EXPEDIÇÃO DO PRESENTE **EDITAL DE INTIMAÇÃO DOS AUTOS DE INFRAÇÃO** DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER-VIVOS" A QUALQUER TÍTULO, POR ATO ONEROSO, DE BENS IMÓVEIS, POR NATUREZA OU ACESSÃO FÍSICA, E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS, EXCETO OS DE GARANTIA, BEM COMO CESSÃO DE DIREITOS À SUA AQUISIÇÃO (ITBI-IV), DE QUE TRATA A LEI 11.154, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991, ABAIXO RELACIONADOS.

O CONTRIBUINTE OU SEU RESPECTIVO RESPONSÁVEL SOLIDÁRIO DEVERÁ PAGAR O AUTO DE INFRAÇÃO OU APRESENTAR SUA IMPUGNAÇÃO DENTRO DO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, CONTADOS DA DATA DA INTIMAÇÃO, SOB PENA DE COBRANÇA EXECUTIVA E DAS RESTRIÇÕES LEGAIS PREVISTAS, INCLUSIVE INSCRIÇÃO DA PENDÊNCIA NO CADASTRO INFORMATIVO MUNICIPAL - CADIN. A IMPUGNAÇÃO DEVERÁ FEITA ACESSANDO O APLICATIVO "SOLUÇÃO DE ATENDIMENTO VIRTUAL - SAV", PELO ENDEREÇO <http://sav.prefeitura.sp.gov.br/>, ACESSIVEL POR MEIO DE "SENHA WEB" OU "CERTIFICADO DIGITAL".

Digital".
NUMERO DO PROCESSO VALOR DO IMPOSTO
NUMERO DA GUIA VALOR DA MULTA

NOME DO CONTRIBUINTE
ENDEREÇO DO CONTRIBUINTE
LOCAL DO IMÓVEL
6017.2017/0012720-8 R\$ 89.992,89
90.044.118-6 R\$ 44.996,44
PASIFE PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA
Rua Miruna (Residencial Dez), 27, Alphaville, Santana de Parnaíba - SP - CEP 06540-020.
Rua Agnaldo Manuel dos Santos, 270, apto 71, Vila Mariana, São Paulo - SP – (SQL 039.174.0088-1).

DIVISÃO DE RESTITUIÇÕES, COMPENSAÇÕES E REGIMES ESPECIAIS - DIREC

DIVISÃO DE RESTITUIÇÕES, COMPENSAÇÕES E REGIMES ESPECIAIS - DIREC

Nos termos do artigo 5º do Decreto Municipal nº 56.223 de 1º/07/2015, alterado pelo Decreto 56.881 de 18/03/2016 fica(m) credenciada(s) de ofício no Domicílio Eletrônico do Cidadão Paulistano - DEC, a partir desta data, o(s) advogado(s) abaixo relacionado(s):

ADVOGADO, CPF, OAB/SP:
Cláudio Eduardo Doiche Júnior, 269.359.248-80, 244.118.

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DA TRANSAÇÃO IMOBILIÁRIA – DITBI

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS – DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO-DEFIS

O Diretor de Divisão DE FISCALIZAÇÃO – DEFIS usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber aos contribuintes adiante relacionados que por este Edital, expedido em conformidade com o inciso IV do Art. 12 da Lei 14107 de 12 de dezembro de 2005, e nos termos do inciso IV do Art. 29, do Decreto 50895 de 01 de outubro de 2009, ficam intimados da lavratura dos respectivos Autos de Infração, conforme discriminado abaixo.

Pelo presente Edital ficam os mesmos intimados, alternativamente, a recolher a importância respectiva, ingressar com pedido de parcelamento de débito no endereço eletrônico: www.prefeitura.sp.gov.br/pat, através de senha web ou a protocolar defesa escrita ao Vale do Anhangabaú, 206 - DIATE, no prazo de 30 dias a contar da presente publicação sob pena de inscrição em dívida ativa sujeita a cobrança executiva.

- Nº DO AUTO
- NOME
- ENDEREÇO
- DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO
- BASE LEGAL
- VALOR DA MULTA / VALOR DO AUTO.
-
- 90.043.746-4
- JOSEVALDO LIMA DOS SANTOS
- RUA JAUPACI, 396 - JARDIM TREMEMBE - SAO PAULO - SP
- FICOU CONSTATADO O RECOLHIMENTO DE ITBI EM DESACORDO COM DECISÃO JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO, SEM ATUALIZAÇÃO MONETARIA DEVIDA. BASE DE CALCULO DO LANÇAMENTO: VALOR DE ARREMATACÃO ATUALIZADO DA DATA E ARREMATACÃO ATÉ O REGISTRO. NÃO FOI CONSTATA-DO CAUSA DE SUSPENSÃO DE EXIGIBILIDADE. FG: REGISTRO, POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL. SEI 6017.2021/0055198-8.
- LEI 11.154/91 (ARTIGOS 2, 6, 7, 7-A, 10, 12 A 14, 15, 16, E 23).
- LEI 11.402/02. LEI 13.402/02. LEI 14.256/06.
- VALOR DA MULTA (50%) R\$ 469,62 / VALOR DO AUTO R\$ 1.408,87.